

INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS-PORTUGUÊS EM CONTEXTOS JURÍDICOS: ATIVIDADES FORMATIVAS E CAMINHOS PROFISSIONAIS

Samuel dos Santos Silva Jesus¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Silvana Aguiar dos Santos²

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo:

Este estudo analisa as atividades formativas de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras)-Português no contexto jurídico brasileiro, considerando as iniciativas oferecidas nos últimos anos e sua contribuição para a formação profissional. Fundamenta-se na literatura sobre formação, profissionalização e atuação em contextos jurídicos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de análise documental, que mapeia e categoriza atividades formativas disponíveis em plataformas digitais, tais como: (i) aulas abertas; (ii) minicursos; (iii) rodas de conversa e *lives*; e (iv) cursos livres. Os resultados demonstram que ações de curta duração compõem um sistema formativo para intérpretes de Libras-Português, com diferentes modalidades e cargas horárias. Essas ações desempenham funções complementares de difusão, atualização do conhecimento, iniciação técnica e prática profissional, contribuindo para ampliar o repertório teórico-prático dos intérpretes que atuam ou desejam atuar no contexto jurídico. Contudo, evidenciam-se limites estruturais, como a curta duração, a ausência de padronização, a fragmentação curricular, a falta de sequência formativa, a predominância de ofertas *online* e a concentração regional no Sul e no Sudeste. Conclui-se que tais iniciativas respondem pontualmente às demandas do campo, reforçando a necessidade de políticas voltadas à formação profissional de intérpretes no contexto jurídico.

Palavras-chave: Formação profissional; Libras-Português; Intérpretes.

Abstract:

This study analyzes training activities for Brazilian Sign Language (LIBRAS)-Portuguese interpreters in legal settings in Brazil, considering initiatives offered in recent years and their contribution to professional training. The study is grounded in the literature on training, professionalization and interpreting in legal settings. This is a qualitative documentary study that maps and categorizes training activities available on digital platforms into: (i) open

¹ Doutorando e Mestre em Estudos da Tradução na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós Graduado em Libras - Tradução e Interpretação de Libras-Português pela IBRA. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais e Vocais - InterTrads. Advogado (Licenciado). Auxiliar da Justiça no TJSP e no TRF3 como Tradutor e Intérprete de Libras-Português.

² Professora no Departamento de Língua de Sinais Brasileira - DLSB e no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua como vice-líder do Grupo de Pesquisa em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais - InterTrads. Membro do Grupo de Políticas Linguísticas Críticas, ambos cadastrados pelo CNPQ. Participa como membro do GT de Estudos da Tradução da ANPOLL. Colaboradora do Grupo de Pesquisa Linguística Forense (UFSC). <http://orcid.org/0000-0002-5310-7480>

classes; (ii) short courses; (iii) conversation circles and livestreamed events; and (iv) free/open-enrollment courses. The results show that short-term initiatives form part of a training system for LIBRAS–Portuguese interpreters, comprising different modalities and workloads. These initiatives play complementary roles in disseminating and updating knowledge, providing technical introduction, and fostering professional practice, thereby helping to expand the theoretical-practical repertoire of interpreters who work, or wish to work, in legal settings. However, structural limitations are also evident, such as short duration, lack of standardization, curricular fragmentation, absence of training progression, predominance of online offerings, and regional concentration in Brazil’s South and Southeast. The study concludes that these initiatives respond only partially to the demands of the field, reinforcing the need for policies aimed at professional interpreter training in legal settings.

Keywords: Professional training; LIBRAS-Portuguese; interpreters.

1. Introdução

Os intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras)-Português que atuam nos contextos jurídicos contribuem para a efetivação de diversos direitos linguísticos das comunidades surdas, assegurando o acesso à informação, à comunicação e a outros direitos fundamentais, como o acesso à justiça. Nesse sentido, o presente estudo propõe-se a documentar e discutir a oferta de cursos de formação de curta duração no Brasil, no período de 2002 a 2025. Dito isso, a pergunta de pesquisa que guiou este estudo foi: Quais atividades de formação de intérpretes de Libras-Português destinadas ao contexto jurídico foram oferecidas nos últimos anos no Brasil? A coleta de dados foi realizada por meio de buscas na plataforma *Google* e teve como finalidade principal subsidiar reflexões e sugestões para futuras ações de formação voltadas à atuação de intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico.

Assim sendo, este estudo empírico tem como objetivo levantar dados que possam suprir a lacuna existente quanto ao registro sistemático das atividades de curta duração voltadas à formação de intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico. Ao documentar e dar visibilidade às iniciativas já realizadas, busca-se não apenas mapear a oferta formativa disponível, mas também contribuir para o fortalecimento e a profissionalização da atuação desses profissionais no sistema de justiça brasileiro. Esse levantamento é fundamental ao contribuir para a formulação de políticas de formação, identificação de necessidades não atendidas e promoção de práticas que assegurem maior qualidade, segurança e responsabilidade na atuação desses profissionais em contextos jurídicos.

O presente artigo está organizado da seguinte forma: na introdução, apresentam-se a problematização, os objetivos da pesquisa e a justificativa. Em um segundo momento, apresenta-se um recorte teórico para discutir as ações de profissionalização. Na sequência,

apresentam-se os procedimentos metodológicos, os resultados e as discussões e, por fim, são concatenadas reflexões para futuros aprimoramentos.

2. Revisão teórica

Esta revisão teórica parte do reconhecimento de que os cursos de curta duração e demais ações formativas curtas desempenham papel importante na formação de intérpretes de Libras-Português que atuam em contextos jurídicos no Brasil. Reckelberg (2018) reforça a importância da formação e da capacitação dos intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico diante da difusão da Libras nos serviços públicos. O autor demonstra, a partir de um estudo qualitativo realizado com intérpretes de Libras-Português que atuam na Grande Florianópolis, que muitos profissionais se sentem inseguros e despreparados para atuar no Judiciário. Tais comprovações evidenciam a necessidade de cursos de especialização e oficinas voltadas ao contexto jurídico, diante das competências específicas exigidas, seja em relação à terminologia técnica, aos ritos processuais ou aos protocolos judiciais.

Por conta disso, investigar como vêm sendo estruturadas as atividades voltadas à formação de curta duração no contexto jurídico assume um papel para a consolidação da profissionalização dos intérpretes de Libras-Português. Como apontam Santos e Sutton-Spence (2018), a profissionalização de intérpretes de línguas de sinais na esfera jurídica não se reduz apenas ao domínio das línguas envolvidas no processo interpretativo, mas também implica na construção de um perfil profissional respaldado pela ética, pela preparação técnica, pelo reconhecimento institucional e pela adequação às demandas específicas do contexto legal.

As autoras entrevistaram intérpretes experientes da Inglaterra e identificaram como boas práticas, a contratação formal, a remuneração adequada, o preparo para o contexto de tribunais e delegacias e a sensibilidade às necessidades das comunidades surdas. Diante dessas contribuições, compreende-se que a profissionalização dos intérpretes de Libras-Português que atuam em contextos jurídicos se sustenta, entre outros elementos e ações, nos pilares da: (i) formação especializada e continuada; (ii) institucionalização de práticas e protocolos; (iii) aquisição e desenvolvimento de competências específicas do contexto jurídico; (iv) efetividade dos direitos linguísticos das pessoas surdas; e (v) condições adequadas de trabalho.

Nessa linha, Luchi (2019) explica que os cursos de curta duração têm como objetivo promover a formação continuada, a fim de atualizar a prática profissional para a atuação no mercado de trabalho. No caso do contexto jurídico, entende-se que um curso de curta duração

pode contribuir como instrumento introdutório e/ou de aperfeiçoamento e de formação continuada. Gêneros textuais, terminologias especializadas, ritos e procedimentos judiciais, práticas interpretativas e situações simuladas são alguns dos temas que podem compor esses cursos. No entanto, tais cursos não substituem uma formação mais completa e sistemática para reunir e tratar as competências, habilidades e conhecimentos que o contexto jurídico e a formação de intérpretes de Libras-Português requerem.

Ou seja, os cursos de curta duração cumprem o papel de complementar a qualificação dos intérpretes de Libras-Português, contribuindo para sua formação continuada, atualização, aperfeiçoamento e especialização pontual. Diante disso, compreende-se que os cursos de curta duração devem ser considerados parte das atividades de formação para os intérpretes de Libras-Português, pois oferecem qualificação especializada para diferentes contextos de atuação profissional. Nesse sentido, a pesquisa de Lemos e Carneiro (2021) demonstra o panorama das formações de intérpretes de Libras-Português no Brasil e conclui que as ofertas ocorrem a partir de:

(i) cursos livres de formação profissional (promovidos por empresas privadas e instituições religiosas, desde que tendo um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica –CNPJ – e/ou autorização de Secretarias de Educação); (ii) cursos técnicos profissionalizantes (promovidos por instituições federais de ensino, dentro do período de formação do Ensino Médio); (iii) cursos de extensão universitária (promovidos por Faculdades e Universidades, públicas ou privadas); (iv) cursos de graduação Tecnológica ou Bacharelado de Letras-Libras ou Bacharelado em Tradução e Interpretação da Libras (promovido por Faculdades e Universidades, públicas ou privadas); (v) cursos de pós-graduação lato sensu em Libras ou em Tradução-Interpretação da Libras (promovido por Faculdades e Universidades, públicas ou privadas); e (vi) cursos de pós-graduação stricto sensu em Educação, Letras, Linguística, Estudos da Linguagem ou Estudos da Tradução (promovidos por faculdades e universidades, públicas ou privadas). Até o momento, no âmbito da pós-graduação stricto sensu, não há um programa específico para pesquisas focadas somente em ETILS (Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais), mas há linhas de pesquisa que incluem a temática em programas de pós-graduação stricto sensu em Estudos em Tradução e Interpretação, como, por exemplo, no PGET (Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução) da UFSC [Universidade Federal de Santa Catarina]. Mesmo diante de conquistas e contrassensos legislativos, os profissionais TILSP [tradutores e intérpretes de Libras-Português] podem gozar de diversidades formativas e de cursos com temáticas mais específicas. Com isso, os TILSP podem se manter bem formados e atualizados, visando à qualidade profissional e ao desenvolvimento da competência linguística e tradutória/interpretativa para atuarem no mercado de trabalho da tradução (Lemos; Carneiro, 2021, p. 27-28).

As contribuições de Lemos e Carneiro (2021) evidenciam que os cursos de formação para intérpretes de Libras-Português no Brasil ocorrem desde os cursos livres até os níveis superiores *stricto sensu*. Os cursos de formação caracterizam-se por maior duração e têm como objetivo o desenvolvimento das competências necessárias para uma atuação profissional qualificada. Luchi (2019) explica que os cursos de formação de longa duração

apresentam currículos organizados, carga horária extensa, base teórica consolidada e práticas supervisionadas, que permitem ao intérprete construir repertórios complexos e duradouros, diferindo dos cursos de curta duração, que cumprem funções pontuais de atualização e de formação continuada.

Em contrapartida, os cursos de curta duração, embora não possuam a mesma densidade formativa que os de longa duração, compartilham os mesmos objetivos quanto ao aprimoramento da qualificação profissional. Isso decorre do fato de os cursos de curta duração servirem como formação continuada, voltada à atualização de conhecimentos, ao aperfeiçoamento de competências específicas e, também, a conteúdos voltados às demandas emergentes.

Essa configuração profissional pode ser relacionada aos estudos sobre competências e perfis profissionais, entre os quais Kelly (2002) apresenta contribuições para a compreensão da articulação entre competências e subcompetências que, conjuntamente, contribuem para o desenvolvimento de macrocompetências relacionadas às demandas concretas da atuação profissional. Essa perspectiva permite compreender o perfil profissional a partir das necessidades efetivas do exercício da profissão, considerando os conhecimentos e as habilidades mobilizados em diferentes contextos de atuação.

Santos (2020), ao tecer diversas reflexões sobre os diferentes olhares e saberes quanto à formação dos intérpretes de Libras-Português do contexto jurídico, propõe questões centrais a serem investigadas:

Quais os resultados de pesquisas sobre tradução e interpretação de línguas de sinais na esfera jurídica têm sido inseridos na construção de perfis dos tradutores e intérpretes que atuam na esfera jurídica ou que desejam atuar nesse campo? Que saberes profissionais têm sido compartilhados na construção desses perfis? Esse conjunto de perguntas pode ser considerado um ponto de partida para repensar a construção dos perfis de tradutores e intérpretes de libras-Português que atuam no âmbito jurídico (Santos, 2020, p. 281).

Essas indagações da autora evidenciam que as atividades de curta duração voltadas aos intérpretes de Libras-Português têm se consolidado gradualmente, sugerindo que a formação complementar tem assumido um papel cada vez mais relevante na resposta às demandas sociais específicas da área e no fortalecimento da identidade profissional da categoria. Essa configuração profissional pode ser analisada nos estudos sobre perfis profissionais de Santos (2020), ao indicar o que deve ser aprendido para que o intérprete de Libras-Português que atua no contexto jurídico cumpra seu papel social e jurídico. Dessa forma, o presente trabalho adota a compreensão de que as atividades de curta duração ocupam um espaço importante, no qual se articulam a exigência jurídica, a política institucional e as competências profissionais

necessárias para a materialização dos direitos linguísticos, como o direito à comunicação e o acesso à justiça das pessoas surdas.

3. Metodologia

A metodologia do trabalho foi desenvolvida a partir da análise de documentos, com uma abordagem qualitativa, a qual orientou a pesquisa ao apresentar descrições sobre as ações de profissionalização do intérprete de Libras-Português no contexto jurídico. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e de cunho documental, uma vez que, para Sampieri, Collado e Lucio (2013), esse tipo de estudo descreve determinada situação ou fenômeno. Gil (2002) entende que pesquisas dessa natureza têm como objetivo a descrição de características ou o estabelecimento de relações sobre determinados fenômenos. Nesse sentido, pretende-se descrever as atividades formativas de curta duração para intérpretes de Libras-Português ocorridas nos contextos jurídicos, a fim de documentá-las.

Em 2024, Javier Franco Aixelá afirmou que a documentação na internet é uma busca benéfica para as pesquisas na área dos Estudos da Tradução³. No entanto, o autor lembra dos riscos relacionados a determinadas informações, uma vez que há milhões de páginas na internet, onde qualquer pessoa pode pesquisar o que quiser. Pensando nessa questão, Aixelá explicou que, para pesquisas no Google, devem-se utilizar técnicas de busca, isto é, recursos especializados confiáveis. Um exemplo é o uso de mais palavras na busca inicial, pois buscas mais amplas e elaboradas geram resultados mais positivos. Nesse sentido, com base nos princípios de busca documental apresentados por Aixelá (2024), esta pesquisa adotou estratégias de busca que combinaram diferentes palavras-chave relacionadas ao objetivo proposto no artigo, bem como recursos de refinamento, como o uso de aspas, com o propósito de localizar documentos e iniciativas relacionados à formação de intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico, reconhecido como um campo de atuação especializado.

Segundo Gil (2002), as pesquisas elaboradas a partir de documentos proporcionam uma visão mais clara do problema e conduzem à verificação de hipóteses por outros meios. Sampieri, Collado e Lucio (2013), por sua vez, entendem que pesquisas que exploram o aspecto documental ou a coleta de experiências vivenciadas na prática profissional, por meio

³ Fala proferida na aula intitulada “Interfaces entre os estudos da tradução”, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 6 de julho de 2024.

de biografias, entrevistas, artigos de imprensa, entre outros documentos pessoais, são comumente realizadas no contexto jurídico, já que se baseiam em dados reais.

Esses fatores foram cruciais para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que foram pesquisados, no Google, os cursos de formação de intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico. As buscas foram realizadas no período de 13 de agosto de 2024 a 30 de novembro de 2025 na plataforma Google, com as seguintes palavras-chave: “curso intérprete libras jurídico”; “curso intérprete libras forense”; “curso intérprete libras judiciário”; “curso intérprete libras jurídico EXT.PDF”; “curso ‘intérprete libras’ jurídico”; “cursos intérprete libras forense”; “minicurso Libras jurídico”.

Diante da incipiente consolidação da formação de intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico, optou-se por adotar um conjunto ampliado e diversificado de palavras-chave nas buscas realizadas na plataforma Google. Isso foi feito para obter um panorama das ações de natureza continuada que podem contribuir como forma de atualização na formação dos profissionais. Além disso, nas buscas por palavras-chave, pôde-se perceber a falta de padronização dos termos e as variações nas ofertas formativas de curta duração, uma vez que foram identificadas diversas propostas. Por conta disso, este estudo visa dialogar com os dados obtidos, por meio da inclusão de minicursos, cursos livres e demais atividades voltadas à formação de curta duração, como forma de reconhecer o esforço e o empenho de profissionais e pesquisadores em torno do tema da formação e da profissionalização de intérpretes em contextos jurídicos.

Os resultados foram organizados em um arquivo do *Word* e serão analisados na seção seguinte. Para fins de recorte e refinamento dos dados, foi delimitado o período de 2002 a 2025, abrangendo um intervalo de 24 anos de realização dessas ações. A definição desse recorte temporal fundamenta-se em marcos históricos e legais decorrentes das lutas sociais das comunidades surdas.

4. Resultados e discussões

Esta seção apresenta e discute as categorias que emergiram da coleta de dados, relacionando às diferentes modalidades de formação de intérpretes de Libras-Português para atuação no contexto jurídico. Entre as atividades identificadas, encontram-se as aulas abertas, rodas de conversa, minicursos e cursos livres. A análise dessas iniciativas busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais atividades envolvendo a formação de intérpretes de Libras-Português destinadas ao contexto jurídico foram oferecidas nos últimos anos no Brasil?

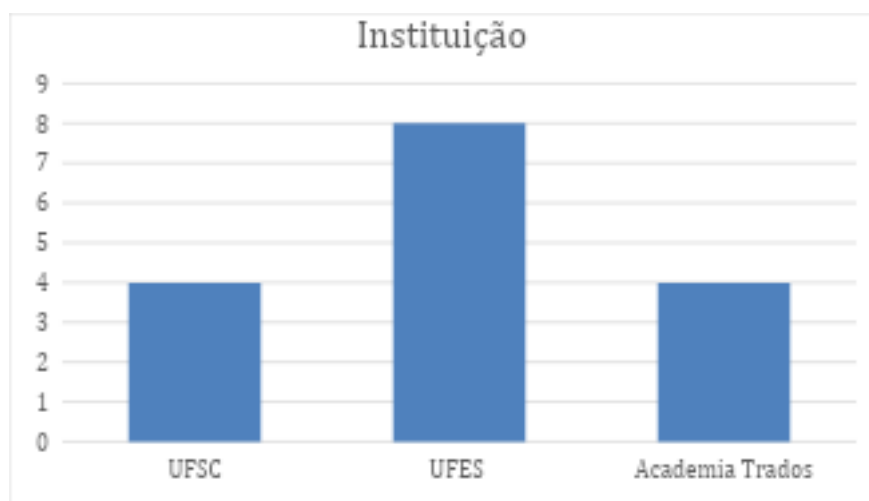
Nesse sentido, atividades identificadas assumem diferentes formatos pedagógicos e modalidades de oferta, evidenciando a diversidade de iniciativas destinadas à formação e ao aperfeiçoamento desses profissionais. Tais oportunidades profissionais contribuem na atualização e no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes inerentes à formação do profissional para a atuação nesse campo.

4.1. Aulas abertas e suas características

As aulas abertas identificadas nos dados configuram-se como ações formativas de curta duração, com tema específico e ofertadas de forma pontual, com possibilidade de amplo acesso ao público interessado. Esse formato evidencia estratégias de difusão do conhecimento no contexto jurídico, especialmente em níveis introdutórios, com diferentes temas que complementam a formação do intérprete de Libras-Português, por meio de encontros únicos, séries de aulas ou conteúdos formativos de curta duração, com temáticas específicas da atuação do intérprete de Libras-Português no contexto jurídico.

A principal característica identificada, a partir dos dados, é a flexibilidade dessas iniciativas, uma vez que, em muitos casos, configuram-se como ofertas introdutórias, voltadas à difusão de conhecimentos e à conscientização acerca do contexto jurídico. Dessa forma, optou-se por analisar essas ações em seção própria, por se tratar de atividades de curta duração, com carga horária variável, geralmente entre 30 minutos e três horas por aula, que se mostram relevantes para os percursos formativos e para a atuação profissional de intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico. A partir dessa delimitação, o gráfico 1 reúne as aulas abertas identificadas no levantamento, indicando a instituição ou iniciativa responsável.

Gráfico 1: Instituição responsável pelos cursos de curta duração



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Vale destacar que grande parte das ações e dos dados coletados quanto aos cursos de curta duração ofertados aos intérpretes de Libras-Português voltados ao contexto jurídico ocorreu em torno das aulas abertas. Estas podem ser compreendidas, nesse contexto, como aulas articuladas às disciplinas dos cursos de graduação do Bacharelado em Letras-Libras, ofertadas por Instituições de Ensino Superior, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Também foram registradas atividades envolvendo aulas abertas na Escola de Altos Estudos em Tradução e Interpretação, popularmente conhecida como Academia Trados.

Das aulas abertas como ferramentas e instrumentos de curta duração, pode-se identificar que elas apresentam uma estrutura pedagógica organizada em torno de temas acadêmicos que refletem a prática do contexto jurídico. Assim, nos dados, pode-se perceber o ensino, as vivências e a troca de experiências sobre assuntos teóricos relacionados às pesquisas de pós-graduação realizadas por mestres, doutores e pesquisadores do campo. Os temas recorrentes, como gêneros textuais jurídicos, direitos linguísticos, perfil profissional e atuação institucional, indicam uma tentativa de aproximação entre a teoria e a prática da atuação do intérprete de Libras-Português no contexto jurídico. Esses conteúdos coletados no levantamento dialogam com a proposta de Kelly (2002, 2005), ao contribuírem para a construção do perfil profissional do intérprete, entendido como o desenvolvimento integrado de competências linguísticas, temáticas e estratégicas.

No contexto jurídico, tais competências se alinham às contribuições apontadas por Santos (2020), ao traçar de forma inicial o perfil profissional para o contexto jurídico. A autora explica que a complexidade discursiva do campo jurídico, marcada por tecnicidade, formalidade e assimetria de poder, exige do intérprete de Libras-Português competências específicas que vão além da formação básica.

Os dados coletados neste levantamento apontam para a oferta de aulas abertas a partir de 2021, especialmente no período pós-pandemia. A intensificação das ofertas a partir de 2021, em formato *online*, pode ser associada ao contexto pós-pandemia e à ampliação do uso de ambientes digitais. Tais atividades foram promovidas pelo Programa de Extensão TILSJUR – Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais em Contextos Jurídicos (UFSC) e pelo Grupo de Pesquisa Linguagem e Cognição: escolhas tradutórias e interpretativas (LingCognit), ambos vinculados à UFSC e à Ufes, respectivamente. Vale destacar também iniciativas privadas de formação, tal como a Academia Trados.

Esse cenário evidencia a articulação entre ações extensionistas acadêmicas e as demandas emergentes do contexto jurídico-profissional. Dessa forma, tais iniciativas dialogam com as reflexões de Santos (2020), ao indicar que a formação de intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico exige a mobilização de saberes profissionais, que nem sempre são contemplados na formação inicial. Assim, essas ações extensionistas e formativas passam a desempenhar papel relevante na construção do perfil profissional desses intérpretes.

Essa articulação revela a ausência de uma política unificada, contínua e estruturada, aliada a diferentes instituições e profissionais, para uma formação específica dos intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico. Ainda assim, as ofertas de aulas abertas configuram-se como iniciativas relevantes para a difusão do conhecimento no contexto jurídico. Por outro lado, a implementação de uma política de formação continuada em âmbito nacional poderia viabilizar cursos de curta duração voltados ao enfrentamento das lacunas formativas existentes em diferentes regiões do Brasil.

O fato de essas ações estarem sendo difundidas em todo o Brasil pode ser observado também nos dados referentes às aulas abertas, nos quais predomina o formato *online* – seja por meio de aulas gravadas, *lives* ou encontros síncronos. Esse cenário reforça o caráter acessível dessas formações para os profissionais, ao mesmo tempo que possibilita sua permanência para futuros interessados. Apesar de ampliar o alcance dessas iniciativas, o ensino remoto também apresenta limites no que diz respeito à aprendizagem prática, especialmente em uma área que exige a simulação de contextos reais de atuação, envolvendo diferentes tribunais e espaços institucionais, cujos protocolos ainda não são unificados ou padronizados. Além disso, embora o formato *online* possibilite que diferentes regiões do país acessem as formações e compartilhem experiências em âmbito nacional, observa-se que a maioria das iniciativas ainda parte de instituições localizadas nas regiões Sul e Sudeste. Esse dado evidencia a existência de desigualdades regionais na produção e na oferta de conhecimentos especializados na área da interpretação em Libras no contexto jurídico.

As aulas abertas assumem, por conseguinte, papel relevante e podem ser consideradas ações formativas de curta duração, sobretudo por sua flexibilidade e seu potencial de alcance ampliado, especialmente em ambientes digitais, nos quais há a possibilidade de atingir diversos estados brasileiros. Tais iniciativas possibilitam a difusão rápida de conhecimentos quanto à atuação profissional no contexto jurídico, funcionando como portas de entrada para o contato dos intérpretes de Libras-Português com demandas específicas desse contexto de atuação. Além disso, contribuem para a democratização do acesso à formação, ao alcançarem

intérpretes de diferentes regiões, ainda que de forma pontual e sem uma grade curricular sistematizada.

É nesse ponto que as contribuições de Kelly (2002, 2005) para a compreensão da construção de um perfil profissional, delineado a partir das perspectivas da profissão, da sociedade e da disciplina, podem ser contempladas. As aulas abertas, a partir dos dados elencados, evidenciam que, ao mobilizarem conteúdos como gêneros textuais jurídicos, direitos linguísticos e práticas de atuação no Judiciário, com a participação de diversos especialistas da área, refletem demandas concretas dos campos profissional e social, contribuindo para a constituição do perfil do intérprete de Libras-Português no contexto jurídico.

Diante desse panorama, as aulas abertas, ainda que caracterizadas por sua natureza pontual, complementar e introdutória, dialogam com as contribuições de Kelly (2002, 2005), pois se configuram como espaços relevantes para o desenvolvimento de macrocompetências. Tais competências são mobilizadas nas temáticas abordadas, que articulam conhecimentos da área de atuação, vivências práticas e reflexões sobre as habilidades e atitudes necessárias ao exercício profissional no contexto jurídico.

Além disso, essas iniciativas, ainda que introdutórias, contribuem para a atualização de profissionais já atuantes, ao mesmo tempo em que acompanham aqueles em processo de formação inicial, favorecendo, assim, a construção coletiva do perfil dos intérpretes de Libras-Português que atuam e dos que atuarão no contexto jurídico. Contudo, para além da dimensão global das aulas abertas, torna-se necessário observar como essas ações e outras se estruturam em atividades formativas específicas. Nesse sentido, os minicursos configuram-se como importantes espaços de contribuição acadêmica e profissional. Na próxima seção, são apresentadas as características, as potencialidades e os desafios no âmbito da formação de intérpretes para o contexto jurídico.

4.2. Minicursos e suas características

Os minicursos são compreendidos, neste estudo, como ações formativas de curta duração voltadas ao desenvolvimento de conteúdos específicos relacionados ao contexto jurídico. Tais atividades formativas podem apresentar abordagens temáticas diversas, direcionadas e com cargas horárias reduzidas, contribuindo para a formação continuada dos intérpretes de Libras-Português. Assim, procedeu-se ao levantamento e a catalogação dos minicursos, identificando-se um total de sete ofertas ao longo do período analisado (2018-2025). Destaca-se que, em 2020, período marcado pela pandemia, foram ofertados dois

minicursos. Em contrapartida, observa-se a ausência de ações entre 2021 e 2022, cenário que pode ser compreendido à luz do contexto pós-pandêmico, no qual os impactos físicos e psicológicos afetaram a sociedade de modo geral.

Assim, o Quadro 1 apresenta os minicursos identificados no levantamento, indicando o tema da atividade, a instituição ou iniciativa responsável, os ministrantes, a carga horária, o ano de oferta e a modalidade ou local de realização.

Quadro 1 – Minicursos

Curso	Instituição/iniciativa e ministrantes	Carga horária	Ano	Local/modalidade
Noções básicas sobre o ordenamento jurídico e o Poder Judiciário brasileiro	Programa de Educação Tutorial (PET) Direito, ministrado por membros desse programa	4 horas	2019	Santa Catarina/ presencial
Intérpretes de Línguas de Sinais na esfera jurídica: noções introdutórias	Letras-Libras UFSC, ministrado por Silvana Aguiar dos Santos e Luciellen Goulart	4 horas	2018	Santa Catarina/ presencial
Questões profissionais na atuação de intérpretes de Libras-Português na área jurídica e policial	Semana de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (SEPEX) da UFSC, ministrado por Silvana Aguiar dos Santos e Luana Manini	2 horas	2020	Santa Catarina/ <i>online</i>
A contratação de intérpretes de Libras-Português pelo Poder Judiciário	Seminário de Letras-Libras (SELL) da UFSC, ministrado por Luciellen Goulart	4 horas	2020	Santa Catarina/ <i>online</i>
A atuação do TILS no contexto jurídico: preparação e reflexões	Espaço TK, ministrado por Luana Manini e Roger Prestes	8 horas	2023	São Paulo/ <i>online</i>
Textos Jurídicos na formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português: conceitos introdutórios	TILSJUR, ministrado por Jael Sânera Sigales-Gonçalves	1 hora e 45 minutos	2024	<i>Online</i>
Direitos dos surdos e práticas da Libras	<i>Education</i> Timon – Maranhão (MA), ministrado por Lina Assunção e Lucileia Morais	3 horas	2025	<i>Online</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A partir dos dados, observa-se que esses minicursos abordam conteúdos como atuação profissional, noções jurídicas e terminologia especializada, entre outros temas. Isso evidencia

uma tentativa de responder às dificuldades apontadas por Santos (2016) e Reckelberg e Santos (2019), relacionadas ao domínio técnico e contextual exigido no campo jurídico. No entanto, considerando sua curta duração, essas iniciativas tendem a atuar de forma complementar, não sendo suficientes, isoladamente, para a consolidação das competências necessárias à atuação profissional.

Os minicursos configuram-se como espaços formativos que articulam conceitos, tarefas e práticas diretamente vinculadas às demandas concretas da atuação profissional. Essas ações tendem a desenvolver a competência temática, entendida como o domínio de conhecimentos especializados próprios do contexto jurídico, como noções introdutórias do Direito e a compreensão de seus gêneros textuais. Ao mesmo tempo, podem promover o aprofundamento da competência estratégica, especialmente no que se refere à resolução de problemas e à tomada de decisões em situações profissionais. Ademais, podem contribuir para o desenvolvimento de subcompetências essenciais à atuação do intérprete de Libras-Português, como a comunicativa, relacionada ao domínio da produção discursiva, e a cultural, fundamental para a preparação, inserção profissional e reflexão crítica sobre a atuação em contextos jurídicos.

Cumprе salientar que as características estruturais observadas nos minicursos indicam sua aproximação com o formato de cursos livres, ainda que com cargas horárias mais reduzidas. Nos dados analisados, essas formações variam entre uma hora 45 minutos e oito horas, configurando ações de curta duração compostas por conteúdos pontuais, muitas vezes esparsos e sem continuidade. Essa configuração permite inferir que tais iniciativas, de forma isolada, tendem a ser insuficientes para o desenvolvimento aprofundado de competências técnicas, como o domínio terminológico, a mobilização de estratégias interpretativas e a vivência de processos decisórios em situações reais de audiência, aspectos que demandam maior sistematização formativa. Contudo, são ações importantes para a aproximação dos intérpretes de Libras-Português com as demandas do contexto jurídico.

Embora não tenha sido realizada uma análise orientada por competências, os dados deste levantamento permitem apontar possibilidades para a formulação de futuros projetos de formação. Nesse sentido, podem-se pensar propostas de minicursos a serem desenvolvidas por instituições representativas de intérpretes de Libras-Português ou no âmbito das universidades públicas brasileiras, tomando como referência o modelo de competência tradutória de Kelly (2002). Tais iniciativas poderiam ser estruturadas a partir da articulação de subcompetências, como a “comunicativa, a cultural, a temática, a instrumental, a psicofisiológica e a interpessoal” (Kelly, 2002, p. 14) tendo a competência estratégica como

elemento integrador das demais.

Compreende-se que essas iniciativas podem ser integradas, ao permitir que os profissionais identifiquem problemas de compreensão, reflitam sobre os conhecimentos temáticos e tomem decisões conscientes nos processos comunicativos e culturais, a fim de garantir a interpretação de Libras-Português adequada em contextos jurídicos. A partir dessa perspectiva, seria possível avançar na construção de propostas formativas mais sistemáticas e coerentes, orientadas ao desenvolvimento de repertórios cognitivos, procedimentais e atitudinais alinhados às demandas da atuação profissional no contexto jurídico, em contraposição à fragmentação temática observada nas formações atualmente ofertadas.

Novamente, os dados apontam para uma predominância das regiões Sul e Sudeste na oferta desses minicursos, com apenas uma ocorrência na região Nordeste, especificamente no Maranhão. Desse modo, preliminarmente, podem-se identificar desigualdades no acesso à formação dos profissionais intérpretes na área jurídica. Essas desigualdades decorrem tanto da distribuição de ministrantes pelas regiões quanto das dificuldades de acesso enfrentadas pelas comunidades surdas. Isso pode impactar a efetividade dos direitos linguísticos das pessoas surdas e a oferta de formação continuada aos intérpretes de Libras-Português no Brasil.

Além disso, em relação ao formato, verifica-se uma transição entre as modalidades presenciais e *online*, pois, até 2019, predominaram ações presenciais, concentradas em Santa Catarina. A partir de 2020, possivelmente influenciado pela pandemia, o formato *online* destaca-se na maioria das atividades. Tal formato contribui para ampliar o alcance geográfico das atividades ofertadas aos diferentes profissionais. Nesse sentido, observa-se que os minicursos foram predominantemente ministrados por acadêmicos, pesquisadores, mestres ou doutores. Contudo, foram identificadas poucas ofertas conduzidas por magistrados ou outros profissionais que atuam diretamente no cotidiano dos contextos jurídicos. Esse dado chama atenção, pois evidencia um distanciamento entre o campo e os operadores do sistema de justiça. Diante disso, sugere-se a ampliação de formações conduzidas por profissionais inseridos no contexto jurídico, de modo a fortalecer a formação de intérpretes de Libras-Português.

Nesse ponto, pode-se perceber a oferta de minicursos ainda no âmbito de universidades públicas, seja por projetos de extensão, seja por ações extensionistas e formativas do Ensino Superior. Assim, a partir do momento em que se abrem novas possibilidades com outros profissionais do Direito, podem-se expandir as ofertas de minicursos nos contextos jurídicos, seja dentro dos próprios órgãos do sistema de justiça, seja por instituições representativas da área jurídica. Essas participações oriundas do próprio campo jurídico permitem uma

circulação de saberes profissionais não restrita ao ambiente acadêmico, fortalecendo os processos formativos na troca interdisciplinar e possibilitando que mais profissionais do Direito conheçam e percebam as necessidades dos intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico.

Ao traçar os minicursos, pode-se observar que os conteúdos articulam dimensões linguísticas, temáticas e estratégicas, e que essas ações contribuem para a construção do perfil do intérprete de Libras-Português no contexto jurídico, como proposto por Santos (2020). Nessa perspectiva, tais ações refletem as demandas concretas da prática profissional e do campo social de atuação no contexto jurídico, ao mesmo tempo que evidenciam a necessidade de consolidação de políticas formativas mais estruturadas e contínuas. Assim, os minicursos configuram-se como atividades de curta formação que aproximam os intérpretes de Libras-Português do contexto jurídico, desempenhando papel significativo na difusão de saberes e conhecimentos.

4.3. Rodas de conversa/*lives* e suas características

Neste estudo, compreende-se que as rodas de conversa e as *lives* são atividades formativas constituídas como espaços de diálogo coletivo, troca de experiências, conhecimentos e outras perspectivas que visam à interação entre um grupo de especialistas. A partir dos dados, pode-se identificar que as rodas de conversa podem ocorrer presencialmente ou remotamente e são espaços dialógicos que promovem a construção coletiva do conhecimento por meio da interação entre participantes com diferentes experiências. Contam com a atuação de um mediador, responsável por organizar os diálogos entre os especialistas e por assegurar maior fluidez às reflexões e à participação do público externo.

Quanto às *lives*⁴, observa-se que são realizadas em ambiente digital, seja nas redes sociais, seja no *YouTube*, em formato ao vivo, com um viés mais informal e interação instantânea com o público por meio do *chat*, o que permite a troca de saberes em tempo real entre os participantes e os espectadores. Ou seja, esses dois formatos contribuem para a disseminação de conhecimentos por meio de debates interativos sobre temas relevantes e

⁴ De acordo com Abreu *et al.* (2022), as *lives* podem ser compreendidas como transmissões ao vivo mediadas por plataformas digitais, que possibilitam a interação em tempo real e o compartilhamento de conhecimentos. Esses autores ainda mencionam as contribuições de Almeida e Alves (2020) no que toca ao fenômeno da pandemia, que impulsionou a circulação do conhecimento, com diferentes perfis de produtores de conteúdo, desde o entretenimento até a formação profissional e acadêmica. Essas contribuições foram importantes para identificar as características da *live* como uma modalidade de curta duração que privilegia o compartilhamento de saberes e experiências de forma virtual e dinâmica.

atuais conduzidos por especialistas, além de favorecerem a valorização e a articulação de múltiplas perspectivas sobre um tema comum.

As rodas de conversa identificadas foram ofertadas em 2019 e 2023, em formato presencial e remoto, respectivamente, o que indica uma possível expansão dessa modalidade como estratégia formativa no campo da interpretação de Libras-Português no contexto jurídico, especialmente ao fortalecer comunidades profissionais em ambientes digitais. Além disso, observa-se que as rodas de conversa foram promovidas pelo Programa de Extensão TILSJUR, voltado à formação e à articulação de intérpretes que atuam no contexto jurídico. Nesse sentido, o programa de extensão buscou contribuir por meio da promoção de ações de curta duração, como *lives* e rodas de conversa, voltadas à capacitação de tradutores e intérpretes de Libras-Português para a produção e difusão de conteúdos jurídicos em Libras. O gráfico 2 apresenta os dados coletados no levantamento referentes às rodas de conversa e às *lives*.

Gráfico 2: Temporalidade das Rodas de conversa e *lives*



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A partir dos dados das rodas de conversa, observam-se temáticas como a relação entre Libras e o Judiciário, com discussões entre diferentes atores envolvidos no sistema de justiça, bem como as terminologias do contexto jurídico, em uma discussão voltada às práticas profissionais, aos desafios da interpretação nesse contexto e à articulação entre as comunidades surdas e o Judiciário. Essas atividades contribuem, por conseguinte, para a formação continuada de forma rápida, na medida em que possibilitam a atualização dos profissionais quanto às terminologias e às práticas interpretativas no contexto jurídico, bem

como à circulação de estratégias de atuação diante de situações vivenciadas. Nesse tipo de ação formativa curta observa-se o compartilhamento de desafios terminológicos e institucionais próprios do contexto jurídico, o que se alinha aos objetivos da formação continuada ao fomentar processos contínuos de reflexão e aprimoramento da prática profissional, constituindo-se como um dos fundamentos dos cursos de curta duração.

Assim, as rodas de conversa e as *lives* analisadas configuram-se como formações curtas de atualização pontual, que ainda requerem outros aprofundamentos curriculares para que possam se tornar parte da formação por competências dos profissionais intérpretes de Libras-Português. Por fim, os cursos livres foram agrupados e definidos como formações de curta duração com carga horária mínima de 20 horas.

4.4. Cursos livres e suas características

Os cursos livres, a partir dos dados (no total de 11), podem ser compreendidos como cursos de maior duração, girando em torno de 20 a 90 horas. Com base nos dados analisados, esses cursos possuem temáticas e dinâmicas mais estruturadas, com possibilidade de aprofundamento teórico-prático mais consistente em comparação a outras modalidades formativas de curta duração já apresentadas. Além disso, os cursos livres possuem aulas em formato assíncrono e síncrono, em sua maioria de forma virtual.

No que se refere à estrutura dos cursos livres, observa-se que eles apresentam organização curricular, com distribuição progressiva de conteúdos e módulos, seja com atividades práticas, seja com atividades que articulam teoria e prática, a fim de desenvolver competências inerentes ao contexto. Além disso, identificam-se formações que contemplam diferentes eixos, como terminologia e tradução jurídica. Ainda que se possa problematizar a terminologia empregada para designar os intérpretes de Libras-Português, observa-se que a estrutura dos cursos enfatiza aspectos da tradução e da interpretação, incluindo técnicas de interpretação simultânea, gestão emocional e desenvolvimento profissional ao longo do percurso formativo.

De outro modo, há cursos que se estruturam em níveis progressivos, o que indica uma organização formativa em etapas, com ampliação gradual dos conteúdos, do nível introdutório ao avançado, no campo da interpretação em contexto jurídico, atendendo a diferentes perfis de profissionais, desde aqueles que desejam ingressar na área até os que buscam aperfeiçoamento.

A partir desses dados, pode-se identificar que os cursos livres se configuram como as iniciativas mais consistentes e de maior duração no que se refere ao desenvolvimento de

competências técnicas para atuação no contexto jurídico, especialmente quando comparados aos minicursos. Todavia, por tratar-se de ações não institucionalizadas, sem reconhecimento formal pelo sistema educacional ou pelo Poder Judiciário, tais cursos permanecem situados em uma zona híbrida entre formação profissional qualificada e mercado privado de certificações, o que evidencia a ausência de fiscalização quanto à qualidade e à oferta desses cursos aos intérpretes de Libras-Português no Brasil.

Os dados indicam uma concentração significativa de cursos ofertados no ano de 2021, seguida por nova intensificação nos anos de 2023 e 2024, especialmente com formações voltadas à interpretação forense. Destaca-se, ainda, que todas as ofertas ocorreram em formato *online*, não sendo identificados cursos presenciais no período analisado. Esse cenário pode estar associado ao contexto da pandemia de covid-19, que favoreceu a ampliação de iniciativas formativas mediadas por tecnologias digitais, bem como ao fortalecimento de ofertas privadas voltadas à formação de intérpretes no campo jurídico.

Tais iniciativas podem ser compreendidas como espaços relevantes de desenvolvimento profissional. Isso porque favorecem a articulação entre experiência e conhecimentos especializados, bem como a atualização e o aprimoramento de habilidades situadas no contexto de atuação. Entretanto, esse cenário também evidencia uma menor participação de instituições públicas e acadêmicas nesse tipo de oferta, o que pode impactar a articulação entre práticas formativas, referenciais teóricos e contextos institucionais. Nessa perspectiva, as reflexões de Santos (2020) sobre a construção do perfil profissional dos TILS no contexto jurídico evidenciam que a atuação do intérprete de Libras-Português nesse campo demanda competências específicas e institucionalmente reconhecidas, que, se não abordadas na formação, podem fragilizar o exercício dos direitos linguísticos das pessoas surdas.

Por fim, quanto às ações formativas voltadas à terminologia, para além dos cursos livres, identificam-se outros instrumentos pedagógicos que desempenham uma função relevante na formação continuada dos intérpretes, como a utilização de glossários, repositórios terminológicos e materiais lexicográficos especializados. Esses recursos operam como instrumentos para a atualização do conhecimento linguístico e técnico, ampliando o repertório profissional e contribuindo para a padronização e a precisão interpretativa. Diante do exposto, observa-se que a formação continuada de intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico abrange diversas ações e elementos em favor da atualização, da complementação e do aprendizado em formatos mais curtos, seja por aulas abertas, rodas de conversa, minicursos e recursos terminológicos, como glossários especializados. Essas ações compõem um amplo sistema formativo que contribui para a atualização profissional e para a

construção de repertórios técnicos, linguísticos e estratégicos quanto ao fortalecimento da atuação qualificada desses profissionais.

5. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar as atividades de formação destinadas aos intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico no Brasil, em busca de minimizar a lacuna existente quanto ao registro e à sistematização dessas iniciativas. O presente trabalho foi orientado pela seguinte questão: Quais atividades de formação de intérpretes de Libras-Português destinadas ao contexto jurídico foram oferecidas nos últimos anos no Brasil? Para tanto, o estudo ancorou-se na literatura sobre formação, profissionalização e atuação em contextos jurídicos, a fim de compreender como essas ofertas se articulam à construção de perfis profissionais formativos e à efetivação dos direitos linguísticos das pessoas surdas no âmbito jurídico.

A discussão desenvolvida ao longo do artigo permitiu compreender que a atuação de intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico exige formação específica, dada a complexidade desse campo e as demandas profissionais que dele decorrem. Também foi possível situar essas iniciativas no panorama mais amplo da formação de intérpretes de Libras-Português no Brasil, considerando a importância da qualificação profissional, a diversidade de percursos formativos existentes e a necessidade de construção de perfis profissionais voltados à atuação em contextos especializados. De modo mais específico, a análise evidenciou que a formação para o contexto jurídico demanda o desenvolvimento de competências e saberes próprios, relacionados tanto à prática interpretativa quanto às exigências institucionais, éticas e discursivas desse campo.

A análise das atividades formativas voltadas à interpretação de Libras-Português em contextos jurídicos ao longo dos últimos 24 anos evidenciou que tais iniciativas se configuram em diferentes formatos, como aulas abertas, minicursos e cursos livres. Embora se observe um crescimento progressivo dessas ações, especialmente a partir de 2019, elas permanecem majoritariamente situadas no campo da formação continuada, com predominância nas regiões Sul e Sudeste e ainda desvinculadas de políticas estruturadas e de diretrizes nacionais de formação profissional para os intérpretes de Libras-Português. Nesse cenário, tais atividades assumem papel complementar, voltado à atualização e ao aperfeiçoamento profissional, mas não substituem cursos formativos mais amplos e sistematizados.

Os resultados evidenciam que a estratégia metodológica adotada possibilitou mapear a diversidade de ofertas existentes, contribuindo para o enfrentamento da lacuna relativa ao registro e à sistematização das atividades formativas voltadas aos intérpretes de Libras-Português no contexto jurídico. Ao reunir e analisar essas iniciativas, o estudo explicitou o papel dessas atividades como mecanismos de difusão, atualização e introdução à prática profissional nesse campo. A partir da análise dos dados coletados, evidencia-se que tais iniciativas respondem, ainda que de forma pontual, às demandas emergentes quanto à necessidade de formação específica para atuação no sistema de justiça.

A construção do perfil profissional do intérprete de Libras-Português no contexto jurídico demanda competências específicas e institucionalmente reconhecidas, o que normalmente não é contemplado nas ofertas analisadas. Embora relevantes, as atividades formativas identificadas ainda não configuram uma proposta integrada capaz de desenvolver, de forma planejada, competências e subcompetências essenciais à atuação profissional. A ausência de articulação mais sistemática entre os conteúdos e as propostas formativas evidencia a necessidade de avançar de ações pontuais para modelos mais estruturados, ainda que no âmbito da formação continuada.

Com base nos dados analisados, observa-se que essa dimensão formativa ainda não se encontra plenamente incorporada às ações institucionais, uma vez que as atividades identificadas são promovidas por iniciativas privadas, acadêmicas ou independentes, sem participação direta do sistema de justiça. Diante disso, compreende-se que as atividades formativas analisadas constituem um sistema plural e em expansão, que contribui significativamente para a construção de repertórios técnicos, linguísticos e estratégicos dos intérpretes de Libras-Português que atuam ou desejam atuar no contexto jurídico. No entanto, tais iniciativas ainda se configuram como respostas pontuais às demandas do campo, carecendo de maior articulação institucional e de diretrizes formativas mais consistentes.

Por fim, destaca-se a importância de ampliar as investigações sobre a formação profissional nesse campo, especialmente por meio de estudos que articulem experiências práticas, elaboração de unidades didáticas e participação de diferentes atores do sistema de justiça. Além disso, a incorporação de profissionais de outras áreas, especialmente do Direito, pode contribuir para o enriquecimento das ações formativas, fortalecendo seu caráter interdisciplinar. Dessa forma, será possível avançar na construção de caminhos profissionais mais estruturados, que promovam a qualificação contínua dos intérpretes de Libras-Português e assegurem, com maior efetividade, os direitos linguísticos das pessoas surdas no contexto jurídico.

Referências

ABREU, C. G. de; ICARO, F.; DINARDI, A. J.; MACHADO FILHO, M. da M. *Live: uma possibilidade de formação em tempos de pandemia*. **EaD em Foco**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, e1810, p. 1-14, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v12i3.1810>

AIXELA, J.F. *Interfaces entre os Estudos da Tradução*. Palestra ministrada na disciplina do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 6 jul. 2024.

ALMEIDA, B. O. de; ALVES, L. R. G. Lives, Educação e Ccovid-19: estratégias de interação na pandemia. **Interfaces Científicas - Educação**, Aracaju, v. 10, n. 1, p. 149–163, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p149-163>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KELLY, D. A. Un modelo de competencia traductora: bases para el diseño curricular. **Puentes**, Granada, n. 1, p. 9-20, 2002. Disponível em: <http://wpd.ugr.es/~greti/revista-puentes/pub1/02-Kelly.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2026.

KELLY, D. **A handbook for translator trainers: a guide to reflective practice**. Manchester: St. Jerome Publishing, 2005.

LEMONS, G. de S.; CARNEIRO, T. D. Panorama histórico de cursos de formação de Tradutores-Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa. **Belas Infiéis**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 1-36, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26512/belasinfiéis.v10.n2.2021.33393>

LUCHI, M. **A institucionalização de cursos superiores de formação de tradutores e intérpretes de Libras/língua portuguesa no Brasil no decênio 2005/2015: o que os cursos esperam de seus alunos?** 2019. 281 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.]: Nações Unidas para o Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 18 maio 2026.

RECKELBERG, S. **Intérpretes de Libras-Português no Contexto Jurídico: uma investigação dos serviços de interpretação oferecidos na Grande Florianópolis**. 2018. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras-Libras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

RECKELBERG, S.; SANTOS, S. A. dos. Intérpretes de libras-português: dificuldades e desafios no contexto jurídico. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 4, p. 1-18, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5216/rs.v4.57747>

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SANTOS, S. A. dos. Questões emergentes sobre a interpretação de Libras-Português na esfera jurídica. **Belas Infiéis**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 117-129, 2016.

SANTOS, S. A. dos. Tradutores e intérpretes de Libras-Português em contextos jurídicos: construção de perfis profissionais. *In*: VASCONCELLOS, M. L.; ARCEGO, E.; COSTA, M. P. P.; SANTOS, W. dos (org.). **Formação de intérpretes e tradutores**: desenvolvimento de competências em situações pedagógicas específicas. Volume 2. 2. ed. Campinas: Pontes, 2020. p. 261-286.

SANTOS, S. A. dos. Interpretação de Línguas de Sinais em contextos jurídicos: o que você sabe sobre livros seminais do campo?. *In*: SANTOS, S. A. dos; RODRIGUES, C. H. (org.). **Traduções, culturas e comunidades**: singularidades e pluralidades em (des)encontros do eu com os outros. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 117-139.

SANTOS, S. A. dos; BEER, H. Interpreting in legal contexts: Consecutive and simultaneous interpretation. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 37, n. 2, p. 288-294, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2017v37n2p288>

SANTOS, S. A. dos; SUTTON-SPENCE, R. L. A profissionalização de intérpretes de línguas de sinais na esfera jurídica. **Translatio**, Porto Alegre, v. 1, n. 15, p. 264-289, 2018.

Recebido em: 31/03/2026
Aprovado em: 24/07/2026